

# SUMÁRIO

Abreviaturas

## PARTE I

### A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

#### Capítulo 1 – A Evolução da Proteção Social no Brasil

- 1.1 Das Primeiras regras de proteção até a Constituição de 1988
- 1.2 A Lei Eloy Chaves
- 1.3 A Constituição de 1988 e a Seguridade Social
- 1.4 A criação do INSS e as primeiras reformas
- 1.5 A Emenda Constitucional n.º 20, de 1998
- 1.6 O Fator Previdenciário e o novo período básico de cálculo
- 1.7 As Emendas Constitucionais n.ºs 41 e 47

#### Capítulo 2 – Princípios do Direito Previdenciário

- 2.1 Princípios gerais de Direito Previdenciário
  - 2.1.1 Princípio da solidariedade
  - 2.1.2 Princípio da vedação do retrocesso social
  - 2.1.3 Princípio da proteção ao segurado
- 2.2 Princípios Constitucionais da Seguridade Social
  - 2.2.1 Universalidade da cobertura e do atendimento
  - 2.2.2 Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais
  - 2.2.3 Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços
  - 2.2.4 Irredutibilidade do valor dos benefícios
  - 2.2.5 Equidade na forma de participação no custeio
  - 2.2.6 Diversidade da base de financiamento
  - 2.2.7 Caráter democrático e descentralizado da administração
- 2.3 Princípios específicos de custeio
  - 2.3.1 Universalidade do Custeio
    - 2.3.1.1 Do orçamento diferenciado
    - 2.3.1.2 Da precedência da fonte de custeio
    - 2.3.1.3 Da compulsoriedade da contribuição
    - 2.3.1.4 Da anterioridade tributária em matéria de contribuições sociais
- 2.4 Princípios específicos de Previdência Social
  - 2.4.1 Da filiação obrigatória
  - 2.4.2 Do caráter contributivo
  - 2.4.3 Do equilíbrio financeiro e atuarial
  - 2.4.4 Da garantia do benefício mínimo
  - 2.4.5 Da correção monetária dos salários de contribuição
  - 2.4.6 Da preservação do valor real dos benefícios
  - 2.4.7 Da facultatividade da previdência complementar
  - 2.4.8 Da indisponibilidade dos direitos dos beneficiários

### Capítulo 3 – Aplicação das Normas de Direito Previdenciário

- 3.1 Antinomias e critérios de solução
- 3.2 Lacunas do ordenamento e sua solução
- 3.3 Interpretação das normas
- 3.4 Vigência e eficácia das normas no tempo
- 3.5 Vigência e eficácia das normas no espaço

### Capítulo 4 – A Organização da Seguridade Social

- 4.1 Sistema Nacional de Seguridade Social
- 4.2 Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
- 4.3 Gestão descentralizada
- 4.4 Conselho Nacional de Previdência – CNP
- 4.5 Conselhos de Previdência Social – CPS
- 4.6 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS
- 4.7 Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC
- 4.8 Conselho de Recursos do Seguro Social – CRSS
- 4.9 Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF

### Capítulo 5 – Modelos e Regimes de Previdência

- 5.1 Tipos de Sistemas
  - 5.1.1 Sistemas contributivos e não contributivos
  - 5.1.2 Sistemas contributivos de repartição e capitalização
  - 5.1.3 Sistemas privados de previdência
- 5.2 Demais regimes previdenciários existentes no Brasil
  - 5.2.1 Regimes de previdência de agentes públicos ocupantes de cargos efetivos e vitalícios
  - 5.2.2 Regime Previdenciário Complementar
  - 5.2.3 Regime dos Militares das Forças Armadas

## **PARTE II**

### **O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

#### Capítulo Único – O Regime Geral de Previdência Social

- 1.1 Beneficiários do RGPS: segurados e dependentes
  - 1.1.1 Segurados
    - 1.1.1.1 Segurados obrigatórios
    - 1.1.1.2 Segurados facultativos
    - 1.1.1.3 A menoridade e a filiação como segurado
    - 1.1.1.4 Aposentado que retorna à atividade
  - 1.1.2 Dependentes
- 1.2 Filiação e inscrição
- 1.3 Manutenção e perda da qualidade de segurado
  - 1.3.1 Tabela para verificação da manutenção da qualidade de segurado (período de graça legal) de acordo com as datas de recolhimentos vigentes
- 1.4 Tempo de contribuição para fins previdenciários
  - 1.4.1 Prova do tempo de contribuição
  - 1.4.2 Reconhecimento do tempo de filiação
  - 1.4.3 Atividade rural e o regime de economia familiar

- 1.4.4 Tempo como aluno-aprendiz
- 1.4.5 Efeitos das decisões trabalhistas frente ao INSS
- 1.4.6 Contagem recíproca do tempo de contribuição
  - 1.4.6.1 Requerimento de Certidão de Tempo de Contribuição
- 1.4.7 Justificação administrativa
- 1.5 Períodos de carência
  - 1.5.1 Tabela de carência exigida até 2011
  - 1.5.2 Regras de contagem de carência de acordo com a forma de filiação
- 1.6 Concessão da prestação previdenciária
  - 1.6.1 Suspensão do benefício
  - 1.6.2 Cancelamento do benefício
  - 1.6.3 Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade – PRBI
  - 1.6.4 Abono anual

## **PARTE III**

### **A POSTULAÇÃO NA VIA ADMINISTRATIVA**

#### Capítulo 1 – Processo Administrativo Previdenciário

- 1.1 Da necessidade do processo administrativo
- 1.2 Preceitos e princípios do processo administrativo
- 1.3 Do direito ao melhor benefício no âmbito administrativo
- 1.4 Das fases do processo administrativo e da representação perante o INSS
- 1.5 Da prova no processo administrativo
  - 1.5.1 Provas Documentais
  - 1.5.2 Prova Testemunhal
  - 1.5.3 Prova Pericial
- 1.6 Justificação Administrativa (JA)
  - 1.6.1 Justificação Administrativa para comprovação de tempo especial
  - 1.6.2 Justificação Administrativa para exclusão de dependentes
  - 1.6.3 Recurso em Justificação Administrativa
- 1.7 Pesquisa Externa
- 1.8 Reafirmação da DER
- 1.9 Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)
  - 1.9.1 Pedido de atualização dos dados do CNIS
- 1.10 Requerimento de concessão de benefício
- 1.11 Requerimento de cancelamento do benefício
- 1.12 Requerimento de cópia integral do processo administrativo
- 1.13 Pedido de restituição ou compensação de contribuições pagas a maior

#### Capítulo 2 – Recursos no Âmbito Administrativo

- 2.1 Juntas de Recursos (1.ª Instância Recursal)
  - 2.1.1 Recurso ordinário para a Junta de Recursos
- 2.2 Câmaras de Julgamento – CaJ (2.ª Instância Recursal)
- 2.3 Conselho Pleno do CRSS
  - 2.3.1 Pedido de uniformização de jurisprudência no âmbito administrativo
    - 2.3.1.1 Pedido de uniformização de jurisprudência em tese
    - 2.3.1.2 Pedido de uniformização de jurisprudência em matéria de direito
- 2.4 Cumprimento das decisões dos órgãos do CRSS

#### Capítulo 3 – Prazos e Intimações no Âmbito Administrativo

- 3.1 Pautas de julgamento, sessões e acórdãos das Juntas de Recursos e Câmaras de Julgamento
- 3.2 Diligências
- 3.3 Intimações no âmbito administrativo

#### Capítulo 4 – Incidentes Processuais no Âmbito Administrativo

- 4.1 Embargos de declaração
- 4.2 Pedido de correção de erro material
- 4.3 Revisão de ofício
- 4.4 Conflito de competência
- 4.5 Reclamação por não cumprimento

## **PARTE IV**

### **A POSTULAÇÃO NA VIA JUDICIAL**

#### Capítulo 1 – Ações para Concessão de Aposentadorias Voluntárias

- 1.1 Aposentadoria por tempo de contribuição
  - 1.1.1 Beneficiários
  - 1.1.2 Período de carência
  - 1.1.3 Data de início do benefício
    - 1.1.3.1 Reafirmação da DER
  - 1.1.4 Renda mensal inicial
  - 1.1.5 Aposentadoria do professor
    - 1.1.5.1 A aposentadoria do professor e a aplicação do fator previdenciário
  - 1.1.6 Aplicação de novos critérios para as aposentadorias
- 1.2 Aposentadoria por idade
  - 1.2.1 Aposentadoria por idade do trabalhador rural
    - 1.2.1.1 Aposentadoria por idade “mista” ou “híbrida” da Lei n.º 11.718/2008
  - 1.2.2 Período de carência
  - 1.2.3 Data de início do benefício
  - 1.2.4 Renda mensal inicial
  - 1.2.5 Sugestão de questionário para ações de concessão de benefício rural
  - 1.2.6 Documentos e dados a serem solicitados para o segurado nas ações que envolvam trabalho rural
- 1.3 Aposentadoria especial
  - 1.3.1 Beneficiários
  - 1.3.2 Período de carência
  - 1.3.3 Data de início do benefício
  - 1.3.4 Renda mensal inicial
  - 1.3.5 Conversão do tempo de serviço especial
  - 1.3.6 Tipos de trabalho para enquadramento em atividade especial
  - 1.3.7 Agentes nocivos
  - 1.3.8 Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo ruído
  - 1.3.9 Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo frio
  - 1.3.10 Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo calor
  - 1.3.11 Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo eletricidade
  - 1.3.12 Enquadramento de atividade especial exercida por vigilantes, vigias ou seguranças

- 1.3.13 Comprovação do exercício de atividade especial
  - 1.3.13.1 Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT)
  - 1.3.13.2 Tabela de enquadramento legislativo do período de atividade especial
- 1.4 Aposentadoria aos segurados com deficiência
  - 1.4.1 Beneficiários
  - 1.4.2 Período de Carência
  - 1.4.3 Renda Mensal Inicial
  - 1.4.4 Data de início do benefício
- 1.5 Desaposentação
  - 1.5.1 Desaposentação e a indevida devolução de valores recebidos de boa-fé pelos segurados
- 1.6 Reaposentação com base em novo implemento de requisitos

## Capítulo 2 – Ações para Concessão e Restabelecimento de Benefícios por Incapacidade

- 2.1 Auxílio-doença
  - 2.1.1 Perícia médica nos benefícios por incapacidade
  - 2.1.2 Período de carência
  - 2.1.3 Data de início do benefício
  - 2.1.4 Renda mensal inicial
  - 2.1.5 Processo de reabilitação
  - 2.1.6 Situação trabalhista
  - 2.1.7 Cessação do benefício
  - 2.1.8 Sistema “Data Certa”, pedido de prorrogação e pedido de reconsideração
- 2.2 Aposentadoria por invalidez
  - 2.2.1 Período de carência
  - 2.2.2 Data de início do benefício
  - 2.2.3 Renda mensal inicial
  - 2.2.4 Recuperação da capacidade de trabalho
  - 2.2.5 Transformação da aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade
- 2.3 Auxílio-acidente
  - 2.3.1 Período de carência
  - 2.3.2 Data de início do benefício
  - 2.3.3 Renda mensal inicial
  - 2.3.4 Suspensão e cessação do benefício
  - 2.3.5 Exemplos de quesitos para perícia médica (ação previdenciária)
  - 2.3.6 Questionário médico para ser preenchido pelo médico que faz o tratamento do segurado
- 2.4 Pontos destacados sobre Acidente do Trabalho e Doenças Ocupacionais
  - 2.4.1 Proteção acidentária no período pós-Constituição de 1988
  - 2.4.2 Conceito de acidente do trabalho
  - 2.4.3 Doenças ocupacionais
  - 2.4.4 Nexo causal e concausalidade
    - 2.4.4.1 A presunção de nexo causal – Nexo Técnico Epidemiológico
  - 2.4.5 Aspectos da proteção previdenciária à vítima de acidente
  - 2.4.6 A comunicação do acidente de trabalho
  - 2.4.7 Responsabilidade civil do empregador pelo acidente do trabalho
    - 2.4.7.1 Com fundamento na responsabilidade subjetiva do empregador
    - 2.4.7.2 Com fundamento na responsabilidade objetiva do empregador

- 2.4.7.3 A teoria do risco social – Cobertura pela previdência social
- 2.4.7.4 Responsabilidade penal
- 2.4.7.5 Sanções administrativas
- 2.4.8 Direito à indenização por acidente de trabalho
- 2.4.9 Ação regressiva acidentária
- 2.4.10 Estabilidade do empregado acidentado

### Capítulo 3 – Ações para concessão de Benefício Assistencial ao Idoso e ao Deficiente – LOAS

- 3.1 Benefício de Prestação Continuada ao Idoso e ao Deficiente – LOAS
- 3.2 Benefício Assistencial ao Trabalhador Portuário Avulso
- 3.3 Auxílio-inclusão aos portadores de deficiência

### Capítulo 4 – Ações para Concessão de Benefícios de Proteção à Família e à Maternidade

- 4.1 Pensão por morte
  - 4.1.1 Requisitos para a concessão do benefício
  - 4.1.2 Pensão provisória em caso de morte presumida
  - 4.1.3 Direito à pensão quando o segurado esteja inadimplente com a Previdência
  - 4.1.4 Habilitação de beneficiários
  - 4.1.5 Pensão ao dependente viúvo do sexo masculino
  - 4.1.6 Existência simultânea de dependentes cônjuges, ex-cônjuges e companheiros
  - 4.1.7 Comprovação da união estável e homoafetiva
  - 4.1.8 A Lei n.º 13.135/2015 e a limitação do acesso ao benefício
  - 4.1.9 Direito à pensão do menor sob guarda
  - 4.1.10 Direito à pensão do filho ou irmão inválido
  - 4.1.11 Pensão em favor dos pais
  - 4.1.12 A revogação da dependência de pessoas designadas
  - 4.1.13 Período de carência
  - 4.1.14 Data de início do benefício
  - 4.1.15 Renda mensal inicial
  - 4.1.16 Cessação do benefício
  - 4.1.17 Perda do direito à pensão por morte
  - 4.1.18 Pensão por morte decorrente de acidente de trabalho
  - 4.1.19 Despensão
- 4.2 Auxílio-reclusão
  - 4.2.1 Período de carência
  - 4.2.2 Data de início do benefício
  - 4.2.3 Renda mensal inicial
  - 4.2.4 Cessação e suspensão do benefício
- 4.3 Salário-Maternidade
  - 4.3.1 Período de carência
  - 4.3.2 Duração do salário-maternidade
  - 4.3.3 Prorrogação do salário-maternidade por mais sessenta dias
  - 4.3.4 Prazo para requerimento do salário-maternidade
  - 4.3.5 Renda mensal inicial
  - 4.3.6 Cessação do benefício
  - 4.3.7 Extensão do salário-maternidade à mãe que adotar
- 4.4 Salário-família
  - 4.4.1 Período de carência
  - 4.4.2 Data de início do benefício
  - 4.4.3 Renda mensal inicial

#### 4.4.4 Perda do direito

### Capítulo 5 – Regras Gerais sobre Acumulação e Cálculo dos Benefícios e Ações Revisionais

- 5.1 Acumulação de benefícios
- 5.2 Cálculo do valor dos benefícios
  - 5.2.1 Definições iniciais para o cálculo dos benefícios: salário de contribuição, salário de benefício, período básico de cálculo, coeficiente de cálculo e renda mensal inicial
    - 5.2.1.1 Atividades concomitantes
    - 5.2.1.2 Fórmula de cálculo do salário de benefício
    - 5.2.1.3 Período básico de cálculo
  - 5.2.2 Fator previdenciário
    - 5.2.2.1 Fórmula de cálculo do fator previdenciário
    - 5.2.2.2 Afastamento da incidência do fator previdenciário com base na fórmula 85/95
- 5.3 Tabela resumida com a forma de cálculo dos salários de benefício após a Lei n.º 9.876, de 28.11.1999
- 5.4 Renda mensal inicial
  - 5.4.1 Tabela de coeficiente de cálculo dos benefícios desde 1979
- 5.5 Reajustamento e revisão do valor dos benefícios
  - 5.5.1 Índices de correção dos salários de contribuição (ORTN-OTN)
    - 5.5.1.1 Impossibilidade de obtenção dos processos concessórios e tabela da contadoria judicial de Santa Catarina
    - 5.5.1.2 Interrupção da prescrição em face da propositura de ação civil pública
  - 5.5.2 Aplicação do IRSM de fevereiro de 1994
  - 5.5.3 Tabela IRSM
  - 5.5.4 Apuração da renda mensal inicial do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez: art. 29, II, da Lei n.º 8.213/1991
  - 5.5.5 Súmula n.º 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos para benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de auxílio-doença
  - 5.5.6 Revisão com inclusão do 13.º salário e do adicional de férias na base de cálculo do salário de benefício
  - 5.5.7 Revisão com base na concessão do benefício mais vantajoso – Tese do “melhor benefício”
  - 5.5.8 Ampliação do período básico de cálculo do salário de benefício – “Tese de uma vida toda”
  - 5.5.9 Inclusão do adicional de 25% ao aposentado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa
  - 5.5.10 Primeiro reajuste após a concessão do benefício
  - 5.5.11 Utilização do tempo especial convertido para comum no coeficiente de cálculo da aposentadoria por idade
  - 5.5.12 Não incidência do fator previdenciário nas aposentadorias por tempo de contribuição concedidas com base nas regras de transição da EC n.º 20/1998

### Capítulo 6 – Ações sobre a Aplicação do Limite Máximo de Benefício (teto)

- 6.1 Valor-limite dos benefícios previdenciários (teto)
- 6.2 Ação para aplicação dos novos tetos trazidos pelas Emendas Constitucionais n.º 20/1998 e n.º 41/2003 nos benefícios concedidos anteriormente
- 6.3 “Buraco negro”

- 6.4 “Buraco verde” e primeiro reajustamento com o incremento legal
- 6.5 Tabela de tetos desde 1982

#### Capítulo 7 – Benefícios Extintos e Teses Superadas

- 7.1 Benefícios extintos
  - 7.1.1 Renda mensal vitalícia
  - 7.1.2 Auxílio-natalidade
  - 7.1.3 Auxílio-funeral
  - 7.1.4 Pecúlio
  - 7.1.5 Abono de permanência em serviço
  - 7.1.6 Aposentadorias diferenciadas
- 7.2 Majoração do coeficiente de cálculo da pensão por morte
- 7.3 Demais revisões decorrentes da Lei n.º 9.032/1995
- 7.4 Reajustamento dos benefícios pelos índices integrais do IGP-DI nos meses de junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003
- 7.5 Conversão dos benefícios em URV
- 7.6 Reajustes quadrimestrais – IRSM – Leis n.ºs 8.542/1992 e 8.700/1993
- 7.7 Expurgos inflacionários de janeiro/1989, março/abril/maio/1990 e fevereiro/1991
- 7.8 Súmula n.º 260 do Tribunal Federal de Recursos
- 7.9 Aplicação do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
- 7.10 Atualização monetária dos doze últimos salários de contribuição para os benefícios concedidos anteriormente à Constituição de 1988
- 7.11 Manutenção do valor real dos benefícios mediante a equivalência do valor dos benefícios em números de salários mínimos
- 7.12 Valor mínimo dos benefícios
- 7.13 Gratificação natalina de 1988/1989
- 7.14 URP de fevereiro de 1989
- 7.15 Reajuste de setembro de 1991 – abono da Lei n.º 8.178/1991
- 7.16 Reajustes pelo salário mínimo de referência
- 7.17 Autoaplicabilidade do art. 202, *caput*, da Constituição Federal de 1988
- 7.18 Renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença

#### Capítulo 8 – Aspectos Processuais

- 8.1 Ações previdenciárias
  - 8.1.1 Competência para as ações previdenciárias
    - 8.1.1.1 Prestações comuns previdenciárias
    - 8.1.1.2 Competência federal delegada
    - 8.1.1.3 Ações acidentárias
    - 8.1.1.4 Causas referentes a benefício assistencial
    - 8.1.1.5 Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência complementar
    - 8.1.1.6 Aplicação da Lei dos JEFs em caso de delegação de competência
- 8.2 Prévio requerimento na via administrativa
- 8.3 Atraso processual causado pelo retorno à via administrativa
- 8.4 Juizados Especiais Federais
  - 8.4.1 Competência dos JEFs
  - 8.4.2 Valor da causa
  - 8.4.3 Renúncia
  - 8.4.4 Legitimidade

- 8.4.5 Sentença líquida
- 8.4.6 Cumprimento de sentença nos JEFs
- 8.4.7 Nulidades
- 8.4.8 Custas e honorários advocatícios
- 8.5 Gratuidade da Justiça

#### Capítulo 9 – Prescrição e Decadência

- 9.1 Prescrição do direito às prestações
- 9.2 Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício previdenciário
  - 9.2.1 Evolução legislativa
  - 9.2.2 Da aplicação do instituto da decadência no direito previdenciário brasileiro
  - 9.2.3 Da decadência no caso das ações para contagem ou averbação de tempo de serviço/contribuição
  - 9.2.4 Prazo para revisão de benefício antecedente em caso de pensão por morte
  - 9.2.5 Da possibilidade de interrupção do prazo decadencial para revisão do ato de concessão nos casos de requerimento administrativo
    - 9.2.5.1 Da definição de causa interruptiva de prazo prescricional ou decadencial e da possibilidade de sua criação expressa por lei
  - 9.2.6 Hipóteses de aplicação do prazo de decadência na via administrativa
  - 9.2.7 Prazo decadencial para o INSS rever seus atos
  - 9.2.8 Conclusões sobre os institutos da prescrição e da decadência

#### Capítulo 10 – Execução de Sentença e Pagamentos dos Valores Devidos pelo INSS

- 10.1 Evolução legislativa
- 10.2 Atualização dos valores pagos em atraso
- 10.3 Requisição de Pequeno Valor (RPV)
- 10.4 Pagamento por precatório
- 10.5 Pagamento de honorários contratuais e sucumbenciais
- 10.6 Preferência no pagamento de requisições (RPV ou precatório)
- 10.7 Do saque e levantamento dos depósitos (RPVs e precatórios)
- 10.8 Retenção de imposto de renda em saque de requisição (RPV ou precatório)
- 10.9 Complemento positivo
- 10.10 Período entre a data da elaboração da conta e da inscrição do precatório – juros de mora e correção monetária
- 10.11 Coisa Julgada Previdenciária
- 10.12 Execução do Julgado
- 10.13 Intangibilidade dos valores pagos ao autor da demanda previdenciária
- 10.14 Devolução de benefícios previdenciários recebidos por força de tutela provisória posteriormente revogada

#### Capítulo 11 – Recursos no Procedimento Comum e nos Juizados Especiais Federais

- 11.1 Turmas recursais dos juizados Especiais Federais e recursos de sua competência
  - 11.1.1 Recurso de medida cautelar ou tutela provisória (agravo)
  - 11.1.2 Aspectos destacados do recurso da sentença (recurso inominado)
  - 11.1.3 Mandado de Segurança nos Juizados Especiais Federais
- 11.2 Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais e recursos de sua competência
  - 11.2.1 Aspectos destacados do Incidente Regional de Uniformização de Jurisprudência
- 11.3 Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais – TNU

- 11.3.1 Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais
- 11.3.2 Pedido de Uniformização de interpretação de Lei Federal (PEDILEF) para a Turma Nacional de Uniformização dos JEFs – TNU
- 11.3.3 Agravo Regimental nas Turmas
- 11.3.4 Agravo nos próprios autos em face da decisão de inadmissão do Pedido de Uniformização Regional ou Nacional
- 11.3.5 Agravo Interno em face da decisão de Inadmissibilidade do Pedido de Uniformização Regional ou Nacional
- 11.3.6 Reclamação
- 11.4 Incidente de Uniformização de Jurisprudência ao Superior Tribunal de Justiça – STJ
  - 11.4.1 Aspectos destacados do Incidente de Uniformização de Jurisprudência para o STJ
- 11.5 Recurso Extraordinário (RE) no rito dos Juizados Especiais Federais
  - 11.5.1 Aspectos destacados do Recurso Extraordinário
- 11.6 Destaques Processuais e Recursais dos JEFs
- 11.7 O Novo CPC e seus reflexos nos Juizados Especiais Federais
- 11.8 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)
- 11.9 Apelação
  - 11.9.1 Da tramitação da apelação nos tribunais
- 11.10 Reexame Necessário
- 11.11 Recurso Especial
- 11.12 Recurso Extraordinário no procedimento comum

## **PARTE V**

### **REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

#### Capítulo 1 – A Previdência dos Agentes Públicos no Brasil

- 1.1 Manutenção do regime próprio: direito do servidor ou faculdade da Administração?
- 1.2 Regras de aposentadoria dos regimes próprios
- 1.3 Limites e acumulação nos regimes próprios

#### Capítulo 2 – A Aposentadoria por Invalidez

#### Capítulo 3 – A Aposentadoria Compulsória

#### Capítulo 4 – A Aposentadoria Voluntária e suas Espécies

- 4.1 Aposentadoria por idade
- 4.2 Aposentadoria por tempo de contribuição
- 4.3 Regras de transição para a aposentadoria voluntária
- 4.4 Aposentadorias Especiais

#### Capítulo 5 – Tempo de Contribuição nos Regimes Próprios

- 5.1 Contagem recíproca de tempo de contribuição
- 5.2 Contagens fictícias
- 5.3 Prazo para ação revisional de aposentadoria
- 5.4 Inconstitucionalidade da pena de cassação da aposentadoria

Capítulo 6 – Pensão por Morte e Licenças Remuneradas nos Regimes Próprios

- 6.1 Cálculo e reajustamento da pensão
- 6.2 Acumulação de benefícios e pensão por morte
- 6.3 Rol de beneficiários e rateio da pensão
  - 6.3.1 Cônjuge ou Companheiro
  - 6.3.2 Filho inválido e menor sob guarda
  - 6.3.3 Posterior habilitação e efeitos financeiros
  - 6.3.4 Novo rol de dependentes – Lei n.º 13.135/2015
- 6.4 Perda e cessação do direito à pensão
- 6.5 Licenças-maternidade, paternidade e por adoção
- 6.6 Licença para tratamento de saúde – comum e acidentária

Capítulo 7 – Reajustamento dos Benefícios dos Regimes Próprios

Capítulo 8 – Direito Adquirido Aplicado aos regimes próprios

---

**PARTE VI**

**Modelos de Requerimentos, Petições e Recursos**

Bibliografia

---

**ANEXOS**

1. Súmulas e Enunciados de Interesse em Matéria Previdenciária
2. Informações Complementares sobre Contribuições e Benefícios Previdenciários
3. A Proposta de Emenda à Constituição n° 287/2016 – Reforma da Previdência